

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2013

**A Diretoria**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo Circulante</b>	<b>600.318</b>	<b>444.649</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>341.370</b>	<b>155.608</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.862</b>	<b>1.669</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>341.370</b>	<b>155.608</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>15.c</b>	<b>185.653</b>	Sociais e Estatutárias	163	315
Aplicações no Mercado Aberto	4	185.653	Fiscais e Previdenciárias	11	151.872
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	Negociação e Intermediação de Valores	6	178.501
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>189.223</b>	Diversas	12	10.834
Carteira Própria		1.021			
Instrumentos Financeiros Derivativos Vinculados à Prestação de Garantias		188.196	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>122.302</b>	<b>232.218</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>223.521</b>	<b>122.870</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>122.302</b>	<b>232.218</b>
Rendas a Receber		167	Fiscais e Previdenciárias	11	117.639
Negociação e Intermediação de Valores	6	180.335	Diversas	12	4.663
Créditos Tributários	7	40.484			
Diversos	8	2.535	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>301.868</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>59</b>	<b>74</b>	Capital Social:		
Despesas Antecipadas		59	De Domiciliados no País		195.698
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>164.758</b>	<b>194.788</b>	Reservas de Lucros		106.170
<b>Outros Créditos</b>	<b>164.758</b>	<b>194.788</b>			
Créditos Tributários	7	23.419			
Diversos	8	141.339			
<b>Permanente</b>	<b>464</b>	<b>1.465</b>			
<b>Investimentos</b>	<b>223</b>	<b>1.201</b>			
Outros Investimentos		2.176			
(Provisões para Perdas)		(1.953)			
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>Total do Ativo</b>	<b>765.540</b>	<b>640.902</b>
Outras Imobilizações de Uso		68			
(Depreciações Acumuladas)		(57)			
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>230</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>765.540</b>	<b>640.902</b>
Outros Ativos Intangíveis		295			
(Amortizações Acumuladas)		(65)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
	<b>7.303</b>	<b>188.395</b>	<b>10.466</b>	<b>134.013</b>	-	<b>340.177</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>						
Dividendos Complementares						
Lucro Líquido	14.b	-	-	(134.013)	-	(134.013)
Destinações:					60.352	60.352
Reserva Legal		-	3.018	-	(3.018)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(13.440)	(13.440)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	21.947	(21.947)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	21.947	(21.947)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>7.303</b>	<b>13.484</b>	<b>43.894</b>	-	<b>253.076</b>
Lucro Líquido					63.142	63.142
Homologação do Aumento de Capital	14.a	188.395	(188.395)	-	-	-
Destinações:						
Reserva Legal		-	3.158	-	(3.158)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(14.350)	(14.350)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	22.817	(22.817)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	22.817	(22.817)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>195.698</b>	<b>16.642</b>	<b>89.528</b>	-	<b>301.868</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2012</b>		<b>7.303</b>	<b>15.353</b>	<b>72.086</b>	-	<b>283.137</b>
Lucro Líquido					25.771	25.771
Homologação do Aumento de Capital	14.a	188.395	(188.395)	-	-	-
Destinações:						
Reserva Legal		-	1.289	-	(1.289)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(7.040)	(7.040)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	8.721	(8.721)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	8.721	(8.721)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>195.698</b>	<b>16.642</b>	<b>89.528</b>	-	<b>301.868</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. A Santander CCVM tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander CCVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander CCVM, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

#### 3. Principais Práticas Contábeis

##### a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

##### b) Auração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

##### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.069/2001.

##### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

##### e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

##### f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

##### g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

##### h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### h.1) Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

##### h.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

##### h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível - aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

#### j) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

##### Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários.

##### Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 23.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado, líquido (i) do valor justo dos ativos dos planos; (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; e (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas - planos de benefícios a funcionários. Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como outros créditos - diversos, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo. Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinadora; e (ii) somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadoras, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios. É reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

##### j) Remuneração Baseada em Ações

###### Liquidação em Ação

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

###### Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

##### k) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

##### l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da despesa base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

##### m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander CCVM na reunião realizada em 14 de agosto de 2012.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Nota	01/07 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>12.425</b>	<b>27.366</b>	<b>35.776</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	12.516	27.566	36.273
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(91)	(200)	(497)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>12.425</b>	<b>27.366</b>	<b>35.776</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>25.976</b>	<b>58.868</b>	<b>45.803</b>
Receitas de Prestação de Serviços	16	33.739	71.458
Rendas de Tarifas Bancárias	16	35.758	70.349
Despesas de Pessoal	(3.682)	(7.568)	(7.586)
Outras Despesas Administrativas	17	(24.951)	(42.685)
Despesas Tributárias	18	(8.344)	(16.933)
Outras Receitas Operacionais	19	2.976	6.452
Outras Despesas Operacionais			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

**8. Outros Créditos - Diversos**

	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	86.689	84.207
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	6.768	8.284
Outros	147	358
Impostos e Contribuições a Compensar <sup>(1)</sup>	34.668	34.900
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.815	2.275
Garantias Contratuais de Ex-Contraladores (Nota 11&13.i)	11.526	13.132
Devedores Diversos no Exterior - Ex-Contraladores <sup>(2)</sup>	1.418	2.599
Outros	843	330
<b>Total</b>	<b>143.874</b>	<b>145.875</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.535</b>	<b>238</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>141.339</b>	<b>145.637</b>

<sup>(1)</sup> Representado principalmente por valores de contribuição social, PIS e imposto de renda a restituir.  
<sup>(2)</sup> Valores a receber de depósitos judiciais de ex-contraladores.

**9. Imobilizado de Uso**

Composto por outros imobilizações de uso - móveis e equipamentos de uso, custo de aquisição no valor de R\$20 (2011 - R\$28) e depreciação de R\$20 (2011 - R\$20), sistema de comunicação, custo de aquisição no valor de R\$48 (2011 - R\$48), e depreciação de R\$37 (2011 - R\$33).

**10. Intangível**

Composto por gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares.

**11. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13.b)	240.859	224.338
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contraladores (Nota 8&13.i)	11.526	13.132
Impostos e Contribuições a Pagar	1.903	17.987
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	15.216	-
Provisão para Tributos Diferidos <sup>(1)</sup>	7	1
<b>Total</b>	<b>269.511</b>	<b>255.458</b>
<b>Circulante</b>	<b>151.872</b>	<b>29.283</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>117.639</b>	<b>226.175</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a valores referente a ajuste ao valor de mercado dos títulos para negociação.

**12. Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	8.551	10.193
Provisão para Pagamentos a Efetuar	5.341	6.338
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 15.c)	8	4.242
Outras	1.597	1.015
<b>Total</b>	<b>15.497</b>	<b>21.788</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.834</b>	<b>15.745</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>4.663</b>	<b>6.043</b>

**13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

a) **Ativos Contingentes**  
 Em 31 de dezembro de 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) **Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	240.859	224.338
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	8.551	10.193
Ações Trabalhistas	8.527	10.158
Ações Cíveis	24	35
<b>Total</b>	<b>249.410</b>	<b>234.531</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais 01/01 a 31/12/2012**

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>224.338</b>	<b>10.158</b>	<b>35</b>	<b>214.888</b>	<b>12.977</b>	<b>32</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	16.521	2.875	4	20.175	2.531	17
Baixas por Pagamentos	-	(4.506)	(15)	(10)	(5.350)	(14)
Outros <sup>(2)</sup>	-	-	-	(10.715)	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>240.859</b>	<b>8.527</b>	<b>24</b>	<b>224.338</b>	<b>10.158</b>	<b>35</b>
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos <sup>(3)</sup>	46.493	6.019	55	45.458	6.620	21

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

<sup>(2)</sup> Referem-se, principalmente, a transferência para provisão para contingências - responsabilidade de ex-contraladores.

<sup>(3)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$13.469 (31/12/2011 - R\$11.300): a Santander CCVM ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$26.797 (31/12/2011 - R\$20.141): a Santander CCVM ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**ISS** - Instituições Financeiras - R\$8.098 (31/12/2011 - R\$7.945): a Santander CCVM discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

**Dedutibilidade da CSLL no IRPJ** - R\$58.934 (31/12/2011 - R\$56.877): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

**Plano Verão IRPJ/CSLL** - R\$59.736 (31/12/2011 - R\$57.834): ação judicial relativa aos impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

**e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias**

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**Desmutualização de Ações** - R\$60.625 (31/12/2011 - R\$57.252): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas sim de mera permuta.

**f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis**

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$222.010 e o principal processo é:

**PIS e Cofins** - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. O valor envolvido totalizou é de R\$52.615. As ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhistas totalizaram em R\$453 e cíveis em R\$13.

**i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contraladores**

Refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$11.526 (31/12/2011 - R\$13.132), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11) de responsabilidade de ex-contraladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contraladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2012, é composto por 20.419.806 mil ações, nominativas e sem valor nominal (10.209.903 mil ações ordinárias e 10.209.903 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país. O aumento do capital social da Santander CCVM foi homologado pelo BACEN no montante de R\$188.395 em 12/12/2011.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspensão, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de outubro a dezembro de 2012, no valor de R\$3.540 (R\$0,0001734 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,0001474, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012.

Em setembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de julho a setembro de 2012, no valor de R\$3.500 (R\$0,000171 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000146, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 28 de setembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012.

Em junho de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de abril a junho de 2012, no valor de R\$3.740 (R\$0,000183 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000156, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 29 de junho de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012.

Em março de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de janeiro a março de 2012, no valor de R\$3.570 (R\$0,000175 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000149, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 30 de março de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos mínimos, referente ao exercício de 2012.

Em dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de outubro a dezembro de 2011, no valor de R\$3.640 (R\$0,000178 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000151, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2011, e serão imputados integralmente aos dividendos mínimos, referente ao exercício de 2011.

Em setembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de julho a setembro de 2011, no valor de R\$3.150 (R\$0,000154 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000131, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 30 de setembro de 2011, e serão imputados integralmente aos dividendos mínimos, referente ao exercício de 2011.

Em junho de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de abril a junho de 2011, no valor de R\$2.996 (R\$0,000147 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000125, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 30 de junho de 2011, e serão imputados integralmente aos dividendos mínimos, referente ao exercício de 2011.

Em março de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base no resultado apurado no período de janeiro a março de 2011, no valor de R\$3.654 (R\$0,000179 em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais e R\$0,000152, líquido do imposto de renda, em reais por ação, tanto ordinárias quanto preferenciais). O pagamento foi efetuado em 29 de abril de 2011, e serão imputados integralmente aos dividendos mínimos, referente ao exercício de 2011.

**c) Reservas Estatutárias**

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**15. Partes Relacionadas**

**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2012, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração. Em dezembro de 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

**b) Participação Acionária**

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 20.419.758 mil ações (10.209.879 mil ações ordinárias e 10.209.879 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social e participação indireta através da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) de 48 mil ações (24 mil ações ordinárias e 24 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

**c) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a 31/12/2012	31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	31/12/2011
Disponibilidades	1.862	1.669	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	185.653	145.431	13.164	16.368
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	291	115	330	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 12 & 17)	(8)	(4.242)	(27.719)	(17.929)
<b>Despesas com Doações</b>	-	-	(379)	-

<sup>(1)</sup> As aplicações com vencimento até 3 meses.

<sup>(2)</sup> Inclui R\$237 de rendas a receber do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha).

<sup>(3)</sup> Refere-se a valores a pagar ao Banco Santander Espanha.

**16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias**

Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços de corretagens de operações em Bolsas e comissões de colocação de títulos.

**17. Outras Despesas Operacionais**

Inclui R\$27.719 (2011 - R\$17.929) de despesas com convênio operacional com o Banco Santander (Nota 15.c), R\$1.351 (2011 - R\$4.910) de despesas com serviços do sistema financeiro, R\$10.508 (2011 - R\$6.783) de despesas com comunicações, R\$747 (2011 - R\$616) de despesas com doações e R\$2.360 (2011 - R\$2.966) de outras despesas.

**18. Despesas Tributárias**

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

**19. Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Atualização de Depósitos Judiciais	3.361	4.609
Reversão de Provisões Operacionais	1.496	2.118
Atualização de Impostos a Compensar	434	284
Variação Monetária Ativa	93	104
Outras	1.068	298
<b>Total</b>	<b>6.452</b>	<b>10.073</b>

**20. Outras Despesas Operacionais**

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	8.244	11.414
Trabalhistas (Nota 13.c)	2.875	2.531
Cíveis (Nota 13.c)	4	17
Outras Provisões Operacionais	55	66
Comissões	8.819	11.112
Atualização de Impostos	335	212
Outras	1.874	2.370
<b>Total</b>	<b>22.206</b>	<b>27.722</b>

**DIRETORIA**

**Diretores**

Luciano Ortiz de Camargo

Eduardo de Moraes Jurcevic

Fernando Marcelo Sanches

**Contador**

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/C-6 S-SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**21. Resultado não Operacional**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o saldo estava representado, substancialmente, por ganho na alienação de investimentos em ações registradas por custo histórico, no valor de R\$10.325 (2011 - R\$10.202).

**22. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>96.520</b>	<b>92.040</b>
Participações no Lucro	(3	